



### O *WHATSAPP* COMO RECURSO DE ENFRENTAMENTO ÀS *FAKE NEWS*<sup>1</sup>

Eduardo Bruno Almeida dos Santos<sup>2</sup>; Luis Paulo Leopoldo Mercado<sup>3</sup>; Rossana Viana Gaia<sup>4</sup>

#### Resumo

O artigo resulta de pesquisa sobre a utilização do *Whatsapp* como recurso de combate às *fake news* pelo Ministério da Saúde, na campanha “Saúde sem *fake news*”. A investigação teve como objetivo investigar o fenômeno das *fake news* e visou responder à questão: o *Whatsapp* é eficaz no enfrentamento às informações falsas? O percurso metodológico da pesquisa teve início com a discussão sobre pós-verdade e *fake news* e a análise descritiva do canal criado pelo Governo Federal no *Whatsapp* e divulgado através do portal oficial do Ministério da Saúde. Em seguida, houve o levantamento quantitativo do volume de informações enviadas para checagem, sendo aportes teóricos artigos científicos e livros que avaliam o emprego de falsos argumentos em mídias móveis e teoria de checagem de fatos. A mensuração dos dados indica grande presença de notícias falsas, o que demonstra o potencial do serviço.

**Palavras-chave:** Saúde; *fake news*; *Whatsapp*; *fact-checking*.

#### Introdução

Com cerca de 1 bilhão de usuários<sup>5</sup>, distribuídos em mais de 180 países, o *WhatsApp* se transformou em uma importante ferramenta de comunicação global. Por meio do aplicativo, é possível enviar mensagens de texto, fotografias, áudios, vídeos e documentos para até 256

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Eixo Temático 2 - Redes Sociotécnicas e Difusão Científica, do II Encontro Regional Norte-Nordeste da ABCiber (2019).

<sup>2</sup> Jornalista na Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Mestrando em Educação na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e participante do Grupo de Pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação na Formação de Professores Presencial e a Distância (TICFORPROD/UFAL). E-mail: almeidaeduardo88@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor Titular na UFAL. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Bolsista Produtividade em Pesquisa 2/CNPq. E-mail: luispaulomercado@gmail.com.

<sup>4</sup> Professora Titular do Instituto Federal de Alagoas (IFAL/ProfEPT). Doutora em Linguística (UFAL). Desenvolve estudo pós-doutoral no PPGCIn/UFPE, sob supervisão do Prof. Dr. Alex Sandro Gomes. E-mail: rossanagaia@gmail.com

<sup>5</sup> Dados disponibilizados pelo *Whatsapp*, por meio do endereço <https://:whatsapp.com>.



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

pessoas ao mesmo tempo – através de listas de transmissões ou de grupos personalizados. Além disso, há ainda a possibilidade de chamadas de voz e de vídeo.

Os principais atrativos do aplicativo, segundo a descrição do próprio *Whatsapp*, são “simplicidade” e “segurança” na hora de enviar mensagens ou efetuar chamadas. O artefato conta com um sistema de transmissão criptográfico que garante o sigilo entre o emissor e o receptor dos dados. É o chamado sistema de segurança de “ponta a ponta”. Graças a essa técnica, não é possível interceptar conteúdos durante sua transmissão.

Mas, se por um lado, aplicativos de mensagens como o *WhatsApp* têm contribuído com a disseminação de informações, por outro, têm favorecido a presença das chamadas *fake news*, notícias falsas em tradução literal para o português. Textos com conteúdos enganosos, imprecisos ou incorretos se multiplicam e têm provocado desinformação e, em alguns casos, como na área de saúde, colocado em risco a vida da população.

As *fake news* encontram campo fértil na facilidade de produção e de compartilhamento de conteúdos, possibilitada principalmente pelas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC). As TDIC provocaram, ao longo dos últimos anos, uma mudança no fluxo comunicacional, permitindo que consumidores de informação se transformassem em produtores e disseminadores de conteúdos por meio da internet.

Outro possível fator para o crescimento das *fake news* é o que se convencionou chamar de “Pós-Verdade”. A expressão é relativamente nova e foi incorporada em 2016 ao *Oxford Dictionaries*, quando foi escolhida como o verbete do ano – embora tenha sido usada pela primeira vez no ano de 1992, nos Estados Unidos.

Por Pós-Verdade se compreende as circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal. A utilização do termo cresceu, sobretudo, após o referendo britânico sobre a permanência na União Europeia e após as últimas eleições norte-americanas, que elegeram o republicano Donald Trump como o 45º presidente dos Estados Unidos.

Diante deste cenário de desinformação, é possível minimizar o compartilhamento de conteúdos falsos pelo *Whatsapp*? Este trabalho busca responder a essa questão, com base na análise de uma iniciativa do Ministério da Saúde (MS), órgão do Governo Federal, que criou uma campanha educativa chamada “Saúde sem *fake news*”.



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

A campanha visa sanar dúvidas de usuários sobre a área de saúde, informando quando um conteúdo é verdadeiro ou falso. Para tanto, foi disponibilizado um número de *Whatsapp* e criado um portal (Saúde sem *fake news*), por meio do qual são recebidos e divulgados conteúdos checados por equipes de especialistas na área indicada.

Esta pesquisa tem como motivação a investigação do fenômeno das *fake news*, devido a seu alto potencial de desinformação e possibilidade de interferência em processos políticos, econômicos, sociais e culturais. O estudo ganha relevância por abordar um fenômeno recente, pouco investigado e com literatura ainda em processo de construção.

O percurso metodológico deste estudo se inicia com o debate sobre pós-verdade e *fake news* e avança com a análise descritiva do canal criado pelo Governo Federal, a partir de informações disponibilizadas na página do Ministério da Saúde. Em seguida, é apresentado o levantamento quantitativo das informações enviadas para checagem. Por fim, analisados os resultados disponibilizados na página criada para informar a população.

#### **Novos paradigmas da comunicação, pós-verdade e *fake news***

Os meios digitais proporcionaram uma revolução que gerou consequências que vão além das mudanças de paradigmas na comunicação. A popularização da banda larga de alta velocidade fez com que a internet não só se transformasse no meio mais barato e rápido de publicação já inventado pelo homem, como também se tornasse algo com grande impacto comportamental, cultural e até mesmo filosófico (D'ANCONA, 2018).

A partir do que se convencionou denominar de Web 2.0, no início dos anos 2000, as hierarquias passaram a ser substituídas por recomendações; as informações de propriedade particular, pelos softwares de código aberto; e o consumo passivo de mídia eletrônica pelo conteúdo produzido pelo próprio usuário. A chamada Web 2.0 prometeu e, em parte, cumpriu com a promessa de democratizar a comunicação sob vários aspectos.

No entanto, para D'Ancona (2018), apesar de seus méritos, a Web 2.0 também permitiu e acentuou instintos humanos negativos, “funcionando como universidade para terroristas e refúgio para trapaceiros”. De acordo com ele, a tecnologia digital foi um importante motor para chegarmos à chamada era da Pós-Verdade.



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

A expressão Pós-Verdade foi utilizada pela primeira vez no ano de 1992, em texto publicado pelo escritor Steve Tesich, na revista *The Nation*. Conforme Tesich, escândalos ocorridos nos Estados Unidos, como Watergate e guerras que marcaram o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, fizeram com que os americanos começassem a negar a verdade e até mesmo conspirar pela sua supressão.

A expressão se tornou mundialmente conhecida no ano de 2016, quando foi eleita pelo *Oxford Dictionaries* como a palavra do ano. O termo Pós-Verdade designa, de acordo com o dicionário, circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal.

Para Santaella (2018), a expressão Pós-Verdade pode ser entendida em dois sentidos: pode significar “depois que a verdade tenha se tornado conhecida”; e pode remeter ao significado inaugurado por Tesich, de que a verdade se tornou irrelevante. Segundo a autora, o prefixo “pós” não deve ser compreendido apenas como depois de evento ou situação.

Na era da Pós-Verdade, segundo Santaella (2018), a verdade já não é falseada ou até mesmo contestada; ela tornou-se secundária. As mentiras não buscam mais criar uma visão enganosa do mundo e convencer interlocutores, mas sim reforçar preconceitos que existem. É nesse ambiente que surgem e se proliferam as *fake news*.

Notícias falsas são, comumente, definidas como notícias, boatos, fofocas ou rumores criados de forma proposital para fornecer informações enganadoras e confundir os receptores da informação. Essas notícias falsas buscam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou até mesmo causar confusões em prol de interesses escusos.

Mas, para Santaella (2018), o que difere agora é o modo como as notícias são produzidas, disseminadas e interpretadas. De acordo com a autora, na era hegemônica da comunicação de massa, as notícias eram fabricadas em fontes restritas e relativamente confiáveis, pois estava subentendido que a prática jornalística era submetida a códigos estritos de deontologia, ou seja, a conjuntos de deveres e princípios norteadores.

Porém, com a emergência da internet, da cultura digital e das redes sociais, surgem novas formas de publicação, compartilhamento e consumo que são pouco submetidas a regulações ou padrões editoriais. Essas novas formas de produção e difusão de informações proporcionou o surgimento de uma nova lógica comunicacional.



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

Neste sentido, Ferrari (2018) defende que as tecnologias potencializaram a divulgação de conteúdos falsos. Para a autora (op. cit., p. 46), “a sociedade do fluxo informacional, a velocidade das redes sociais, dos aplicativos, tudo nos deixa inquietos e a inquietude só causa prejuízos: compartilhamos o que não lemos, aceitamos a sedução como verdade (...)”, explica, ao comentar o novo fluxo criado pelas redes sociais.

Ferrari (2018) afirma que as *fake news* viraram uma praga midiática. A autora defende que é preciso combatê-las, retomando o debate público e ensinando o cidadão comum a checar antes de clicar ou compartilhar dados: “Mais seres humanos ganharam voz e conexão no planeta, e tudo viraliza mais rápido do que o tempo orgânico, o tempo linear das estações do ano, do aprendizado escolar, do calendário, das leis, etc” (FERRARI, 2018, p. 48).

A autora citada destaca que a emoção preside a razão na era da Pós-Verdade e que este fato escancara as portas para as “*fake news* e outras aberrações midiáticas”. Defende que, neste cenário, o ser humano está sem referências e que a vida líquida estimula postagens e compartilhamentos que interessam aos egos de uma sociedade fechada em bolhas.

Frias Filho (2018) lembra que a expressão *fake news* tem sido utilizada, como retórica, para desqualificar versões diferentes daquela abraçadas por quem o emprega. “Nesse sentido mais permissivo, *fake news* passam a ser tudo aquilo que me desagrade, não apenas fatos que contemplo de maneira diferente da exposta, mas interpretações das quais discordo (...)”. Ou seja, segundo o autor, o que é *fake news* para um pode não ser para outro.

Na tentativa de sistematizar um conceito, Frias Filho (2018, p. 43) afirma que:

O termo *fake news* deveria ser compreendido como toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má-fé, neste caso, com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política. É prudente, tudo indica, isolar a prática, diferenciando-a da mera expressão de pontos de vista falsos ou errôneos, assim como do entrecabo de visões extremadas. Cabe também discernir entre a divulgação ocasional de notícias falsas e sua emissão reiterada, sistemática, a fim de configurar a má-fé.

Frias Filho (2018) ressalta ainda que pode-se argumentar que a novidade não está nas *fake news* em si, mas no surgimento de ferramentas capazes de reproduzi-las e disseminá-las como nunca antes visto. O ineditismo, segundo o autor, é relativo, pois algo parecido pode ser dito sobre o advento da imprensa de tipos móveis, no século XIX.



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

Uma das possíveis formas de enfrentamento às *fake news* é a checagem de fatos. Ao longo dos últimos anos, a expressão *fact-checking* ganhou destaque, após o surgimento de empresas especializadas na checagem de dados divulgados por fontes ou até mesmo pelos próprios veículos de comunicação de massa – que são sujeitos a erros.

Conforme Diniz (2016), o *fact-checking* consiste em selecionar declarações feitas por autoridades, partidos políticos, candidatos a cargos eletivos, jornalistas, organizações de mídia e associações para verificação de sua autenticidade. A autora ressalta que, embora não seja uma atividade completamente nova, visto que a apuração é comum ao jornalismo, a verificação de fatos está ganhando fôlego devido à proliferação de *fake news*.

Souza (2017), ao traçar um breve histórico das agências de *fact-checking*, afirma que as primeiras iniciativas especializadas na apuração de notícias surgem nos Estados Unidos, na década de 1990. Segundo o autor, o jornalista Brooks Jackson recebeu a incumbência de analisar as falas dos candidatos à Presidência da República George Bush e Bill Clinton para a emissora de televisão CNN. A iniciativa foi considerada um sucesso e Jackson fundou a “*Ad Police*”, a primeira equipe a checar propaganda eleitoral que se tem notícia.

Embora o processo de checagem de fatos nos remeta à década de 1990, a consolidação de uma metodologia própria para a atividade é relativamente recente. Prado e Moraes (2018) destacam quem o primeiro “Encontro Global de *Fact-Checking*” aconteceu em 2014, com a organização do *Poynter Institute*. Neste período, havia 48 agências de checagem, que estavam distribuídas em pelo menos 20 países, de acordo com os autores.

As primeiras iniciativas de *fact checking* no Brasil surgiram em meados desta década. Dois projetos pontuais marcaram a checagem de fatos durante as eleições de 2014: a criação do blog “Preto no Branco”, desenvolvido pelo jornal O Globo, e o surgimento do “Truco”, da Agência Pública. Porém, os dois projetos foram descontinuados depois do processo eleitoral, impedindo a consolidação da metodologia de apuração de dados.

Em 2015, surge a Lupa (<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>), que se apresenta como a primeira agência especializada em *fact-checking* do país. Conforme seu portal institucional, a Lupa começou a ser idealizada em fevereiro de 2015, mas entrou em funcionamento em novembro do mesmo ano, quando abriu uma unidade no Rio de Janeiro. Desde então, a agência se dedica a acompanhar o noticiário de política, economia, cidade, cultura, educação, saúde e relações internacionais, analisando conteúdo e corrigindo informações.



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

Outras agências consideradas pioneiras na checagem de fatos no Brasil são a Pública e a Aos Fatos. Assim como a Lupa, essas agências avaliam conteúdos e os classificam com base em selos estabelecidos em metodologia própria. São feitas análises de informações e confronto com outras fontes de dados para que então haja a classificação.

Nos últimos anos, veículos de comunicação tradicionais têm se unido para transmitir informações precisas. Um destes veículos é o portal de notícias G1, que lançou, em julho de 2018, o projeto Fato ou Fake (<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>). A iniciativa busca, de acordo com o portal, alertar os brasileiros sobre conteúdos duvidosos que são publicados na internet ou pelo celular e reúne profissionais do G1, de O Globo, do Extra, da Época, do Valor, da Central Brasileira de Notícias (CBN), da GloboNews e da TV Globo.

Outra iniciativa semelhante é o Projeto Comprova (<https://projeto comprova.com.br/>), que reúne integrantes de 24 veículos de comunicação para investigar informações enganosas, inventadas e falsas. A ideia do projeto, segundo definição de seu site institucional, é identificar e enfraquecer técnicas de manipulação e disseminação de conteúdo enganoso publicado por meio de sites, aplicativos de troca de mensagens e redes sociais.

O *fact-checking* tem inspirado iniciativas que vão além do jornalismo tradicional. Instituições públicas e organizações não governamentais têm utilizado a técnica para tentar frear a disseminação de *fake news* em suas áreas de atuação. Um exemplo dessas iniciativas é o canal “Saúde sem fake news”, criado em 2018 para sanar dúvidas na área de saúde, por meio do aplicativo de troca de mensagens *Whatsapp*.

#### Saúde sem *fake news*

O canal “Saúde sem *fake news*”<sup>6</sup> é um espaço criado pelo Ministério da Saúde para o recebimento e envio de mensagens, pelo *Whatsapp*, com a proposta de combater as notícias falsas na saúde. Um contato telefônico – (61) 99289-4640 – foi disponibilizado pelo Governo para que cidadãos enviem mensagens com imagens ou textos recebidos em redes sociais ou aplicativos de mensagem e confirmem a veracidade das informações.

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://saude.gov.br/fakenews>



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

Para compreender o funcionamento da estratégia, faremos a análise descritiva do canal e os critérios para envio e divulgação de dados de checagem.

De acordo com o Ministério da Saúde, os dados enviados para o canal “Saúde sem *fake news*” são recebidos, inicialmente, por uma equipe multimídia, que envia a dúvida à área técnica responsável pelo assunto. Essa equipe analisa a mensagem e faz a apuração, para, em seguida, enviar a resposta para a equipe multimídia e esta, por fim, aplicar um selo de “isto é notícia falsa” ou de “isto é notícia verdadeira”. Os resultados são publicados no Portal Saúde, nos perfis oficiais do Ministério da Saúde, além de repassados ao solicitante.

Segundo o Ministério da Saúde, as demandas enviadas para checagem não têm prazo pré-definido para serem atendidas, visto que cada temática tem seu nível de complexidade e pode depender de uma ou várias análises técnicas, antes de ser respondido corretamente.

No Portal Saúde (<http://portalms.saude.gov.br/fakenews>), é possível encontrar a lista atualizada de informações analisadas pela equipe de especialistas. Nessa página, o usuário pode fazer buscas pelo título da informação ou a partir de filtros como período de publicação. Também está disponível o regulamento e os termos de uso do canal.

O serviço, segundo o Governo Federal, deve ser utilizado apenas para checagem das informações enviadas pelos usuários. Não é proposta do canal funcionar como um serviço de atendimento ao cidadão. O Ministério da Saúde ressalta que informações ou reclamações sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) devem ser enviadas à Ouvidoria Geral do SUS ou levadas a secretarias estaduais e municipais de saúde.

O regulamento e os termos de uso do serviço indicam que, para ter uma solicitação de checagem atendida, os cidadãos devem cumprir alguns requisitos e informar nome completo, indicar o município e estado de residência e apresentar a informação que desejam averiguar. Os pedidos podem ser enviados de 2ª a 6ª feira, das 10h30 às 12h e das 14h às 18h.

Conforme as regras do canal, não são atendidas mensagens ofensivas, difamatórias, caluniosas, ameaçadoras, depreciativas ou provocadoras; consideradas racistas homofóbicas, sexualmente explícitas, obscenas ou abusivas; as que descrevam ou promovam atividades ilegais; as que tenham conotação política, partidária ou religiosa; as que promovam empresas, profissionais ou serviços; as que não tenham conteúdo relacionado com a saúde; e as consideradas impróprias ou inconvenientes de alguma maneira pela equipe responsável.



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

O envio de solicitações de checagem prevê, ainda, a autorização para coleta, análise, uso e divulgação das informações enviadas por parte do Ministério da Saúde.

Por fim, o Ministério da Saúde informa em sua página que pode bloquear usuários que enviem, mais de uma vez, mensagens que desviem do propósito do canal ou que incluam o número do canal em grupos de *Whatsapp* e/ou listas de transmissão.

A análise do canal “Saúde sem *fake news*” levou em consideração o número estatístico de mensagens recebidas pela equipe multimídia do Ministério da Saúde e o quantitativo de notícias disponibilizadas no Portal da Saúde. Foram analisadas as publicações feitas no portal governamental, com a categorização de conteúdos, o que nos possibilitou a criação de um ranking de assuntos mais disseminados por meio de *fake news*.

#### **Análise de dados**

Dados oficiais divulgados pelo Ministério da Saúde em agosto de 2019 revelam que, ao longo de seu primeiro ano de existência, o canal “Saúde sem *fake news*” recebeu cerca de 11.500 dúvidas, enviadas por usuários das 27 unidades federativas brasileiras e até mesmo por usuários que estão fora do país. As dúvidas levaram ao esclarecimento de 104 *fake news* distintas, de acordo com os dados do Governo Federal.

Os números disponíveis no portal “Saúde sem *fake news*” revelam ainda que, do total de mensagens recebidas para análise, cerca de 78% correspondem a conteúdos falsos e que 22% das mensagens apresentam informações consideradas verdadeiras. É possível identificar a repetição de temas nas mensagens enviadas para averiguação.

As mensagens recebidas, em sua maioria, abordavam os temas vacinação, cadastros para atendimento no SUS, surgimento de câncer por falta de vitamina, problemas decorrentes do uso em excesso de aparelhos celulares e notícias sobre alimentos supostamente capazes de curar doenças ou que afetam a saúde de quem os consome. Dentro dessas temáticas, foram encontradas variações de conteúdo, como podemos observar a seguir:

- Vacinação: conteúdos afirmando que vacinação causa problemas; que vacinação causa autismo; dúvidas sobre campanhas de vacinação contra o sarampo; relatos de uma nova gripe fatal e de sua cura por meio de erva; e vacina anticâncer.



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

- Cadastro Brasil Sorridente;
- Câncer é deficiência da vitamina B17;
- Maculopatia causada por uso de smartphone é verdade?
- Dipirona importado da Venezuela com vírus;
- Alimentação: cura de doenças como o diabetes por meio de alimentos; chás e produtos que curam doenças; malefícios do limão no copo; bactérias presentes no feijão.

Conforme o Ministério da Saúde, uma parcela significativa das mensagens tiveram como origem a região Sudeste do Brasil. Mais de 50% das mensagens analisadas foram enviadas por usuários localizados nos estados do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O estado de São Paulo aparece na liderança desse ranking, com 23,2% do total de mensagens enviadas para checagem oficial, seguido pelos estados de Minas Gerais, com 14,2%, e do Rio de Janeiro, com 12,5% das mensagens enviadas.

Em seguida, aparece a região Nordeste, com 21,84% das demandas. Os estados da Bahia, com 7,17%; de Pernambuco, com 3,65%; e do Ceará, com 2,99%, lideraram o envio de dúvidas para o Ministério da Saúde. Na sequência, aparecem as regiões Centro Oeste, com 11,57% das dúvidas; Sul, com 9,02%; e Norte, com 5,46%.

Na região Centro Oeste, o Distrito Federal lidera o número de pedidos de checagem, com 6,27% do total de demandas. Em seguida, aparecem os estados de Goiás, com 2,68%; do Mato Grosso, com 1,63%; e do Mato Grosso do Sul, com 0,99%.

Na região Sul, o estado do Paraná aparece com maior número de demandas, com 3,65% do total de pedidos, seguido pelos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, respectivamente, com 3,35% e 2,02% dos pedidos de checagem. Já na região Norte do país, os estados do Pará e do Amazonas apresentaram o maior volume de demandas, com 2,54% e 0,86% do total de mensagens enviadas para o Ministério da Saúde.

Sobre demandas de estrangeiros, elas representaram 0,5% das mensagens enviadas para checagem. O Ministério da Saúde informou que a maioria as mensagens recebidas foram de brasileiros residentes no exterior, principalmente em Portugal.

De acordo com o Ministério da Saúde, foi possível constatar que existem movimentos cíclicos na circulação de *fake news* na área de saúde. O ministério informou, por exemplo, que na época de vacinação contra a gripe a principal notícia recebida relatava uma nova gripe



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

e indicava o consumo de chá de erva doce era a cura para doença. Há mensagens, no entanto, que são enviadas de forma constante, como às referente ao câncer.

Parte das informações que são enviadas para checagem e apuradas pela equipe de especialistas do Ministério da Saúde é divulgada no portal “Saúde sem *fake news*”, além de todas as mensagens serem enviadas diretamente para o solicitante por meio do *Whatsapp*. Até o mês de agosto de 2019, ou seja, um ano após seu lançamento, o portal havia publicado 106 checagens, com base em informações verdadeiras ou falsas.

A primeira publicação no portal aconteceu no dia 24 de agosto de 2018, quando foram divulgadas duas matérias sobre vacinação. Uma delas a partir de uma informação verdadeira e outra a partir de uma informação falsa. A segunda leva de publicações aconteceu no dia 28 de agosto, quando foram realizadas três postagens: duas sobre vacinação e uma sobre um programa chamado Jovem SUS. No dia 29 de agosto, foram publicadas seis matérias, sobre os temas próstata, HIV e produção de medicamentos. Duas dessas publicações tiveram como base informações verdadeiras. Por fim, no dia 30 de agosto, foram publicadas duas notícias, com base em informações sobre vacinação e fardamento de profissionais.

No mês de setembro, foram realizadas sete publicações. A primeira delas no dia 3, com uma notícia sobre vacinação. No dia 5 de setembro, foram publicadas dois textos, que abordavam o diabetes e um possível surto da peste negra. No dia 6 de setembro, houve uma publicação sobre câncer de olho. Em 21 de setembro, houve uma publicação sobre os riscos na hora de tingir o cabelo. Nos dias 25 e 27, foram publicadas informações sobre a produção e o consumo de medicamentos e a realização de exames médicos.

Em outubro, houve uma redução no número de publicações e foram disponibilizadas três matérias jornalísticas no Portal Saúde: no dia 3, sobre tratamento alternativo contra o câncer; dia 4, sobre medicamentos; e dia 17, sobre uma eventual contratação de profissionais sem experiência. Todas as informações tiveram como base mensagens falsas.

Em novembro, foram feitas cinco publicações até o dia 26. A primeira delas aconteceu no dia 8, com texto sobre o tratamento alternativo contra o câncer. Esse assunto se repetiu em publicações realizadas nos dias 21, 22 e 26. Também houve publicação no dia 9, associando a cegueira a ação de besouros. As informações tinham como base dados falsos.

Já em dezembro de 2018, foram realizadas quatro publicações, todas com base em conteúdos falsos enviados por usuários. As publicações aconteceram no dia 5 de dezembro e



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

abordaram benefícios ou danos causados por alimentos, como, por exemplo, o uso de quiabo para cura do diabetes ou o uso de óleo no umbigo para cura de doenças.

No mês de janeiro de 2019, foram realizadas onze publicações. Destas, três publicações abordavam possíveis procedimentos para atendimento no SUS (dias 7, 15 e 31 de janeiro); quatro delas abordavam questões relativas a causas ou cura do câncer (31 de janeiro); e as demais abordavam assuntos diversos, como surgimento de novo vírus da gripe e doação de sangue. Apenas esta última se baseava em um argumento verdadeiro.

O mês de fevereiro de 2020 registrou o maior volume de publicações de checagens até o momento. Foram 32 publicações, que abordaram as mais variadas temáticas. Houve publicações sobre câncer, HIV, queimaduras, doação de órgãos, Acidente Vascular Cerebral, alimentos que afetam a saúde de quem os consome, malefícios provocados por embalagens, consequências do uso de repelentes, uso de celular e atividades físicas.

Destas publicações, vinte e seis delas partiram de informações falsas recebidas pela equipe de especialistas e seis delas partiram de informações verdadeiras. O maior volume de *fake news* está presente nos conteúdos que abordam o câncer. Essas informações, geralmente, apresentam causas para o surgimento da doença ou alimentos que são capazes de eliminá-la, sem, no entanto, apresentar nenhuma evidência científica para o fato.

Não há o registro de publicações realizadas durante o mês de março. As publicações são retomadas no mês de abril de 2020, quando a informação de um possível vazamento de dados no sistema do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) é desmentido pelos especialistas. A informação original afirmava que dados de usuários haviam sido vazados e estavam sendo utilizados em possíveis fraudes. Além de ser checada pela equipe do Ministério da Saúde, a denúncia foi encaminhada para a Polícia Federal.

No mês de maio, também há apenas a publicação de um conteúdo, após checagem sobre os possíveis malefícios da radiação de micro-ondas. O conteúdo é desmentido à medida que especialistas explicam que, além de erros de gramática e do tom alarmista utilizado, a radiação do equipamento não altera a composição dos alimentos nem se expande de modo a afetar as pessoas que entram em contato com ele durante seu funcionamento.

Em junho, foram realizadas sete publicações no portal “Saúde sem *fake news*”, sobre temas como vacinação, cura do câncer, combate à dengue e utilização do DIU. A postagem referente ao uso do método contraceptivo e sobre vacinação se basearam em argumentos



## Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

verdadeiros. As demais partiram de mensagens com conteúdo falso enviadas para checagem, revelando o caráter educativo e informação da proposta do Ministério.

No mês de julho, foram realizadas doze publicações. Os conteúdos abordados variavam entre vacinação, doações para auxílio a doentes, combate ao câncer e alimentos que afetam a saúde de quem os consome. Das doze publicações, apenas uma se baseou em argumento verdadeiro. A publicação abordou o início dos testes em humanos com a fosfoetanolamina, substância apontada para possíveis tratamentos contra o câncer.

Em agosto de 2019, quando completou um ano de funcionamento, o portal “Saúde sem *fake news*” publicou quatro checagens sem eu site. As publicações abordaram vacinação, procedimento de agendamento para atendimento pelo SUS e alimentos que causam malefícios à saúde de quem os consome. Todos os argumentos que motivaram as publicações eram considerados falsos e foram desmentidos por especialistas.

O processo desenvolvido pelo Governo Federal é semelhante a esse modelo adotado por agências de checagem de dados: a informação é coletada e, a partir de então, passa por um rigoroso processo de checagem de dados, que inclui o confronto com outras fontes de informação e a consulta com especialistas na referida área de estudo.

No entanto, é possível identificar uma diferença que se apresenta como fundamental: enquanto as empresas de checagem buscam dados ou declarações públicas, a equipe que compõe o “Saúde sem *fake news*” recebe as demandas espontaneamente e representa o grupo de especialistas capaz de esclarecer se o conteúdo recebido é verdadeiro ou falso. Isso implica em uma maior agilidade, visto que há o encurtamento nos prazos para contato com especialistas, e no fato de que os próprios usuários dos serviços de saúde buscam informações e que, assim, podem servir como multiplicadores da informação correta.

### Considerações finais

As TDIC têm alterado, ao longo dos anos, o modo de produção e de distribuição de conteúdos. Os consumidores da informação deixaram de ser parte passiva neste processo e passaram a atuar como um meio de comunicação, com poder de disseminar conteúdos para um grande volume de pessoas. Dentro deste contexto, aplicativos de mensagens, como o



### Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

*Whatsapp*, têm se destacado como forma de disseminação de informação, o que, por um lado, favorece a comunicação, mas por outro proporciona um aumento das *fake news*.

Essa mudança de paradigma na comunicação teve início com a chamada web 2.0, no início do século XXI, mas se intensificou ao longo dos últimos anos, quando novos recursos se popularizaram, tornando-se acessíveis a uma parcela significativa da população.

Atento a esse movimento, o Ministério da Saúde criou o canal de comunicação “Saúde sem *fake news*”, utilizado para o recebimento e envio de mensagens, pelo *Whatsapp*, com a proposta de enfrentamento às notícias falsas na saúde. As informações recebidas por meio do aplicativo são devidamente apuradas por especialistas e publicadas em veículos oficiais de comunicação com selos de que apontam se os dados são verdadeiros ou falsos.

A análise das estatísticas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde mostram que a estratégia tem recebido uma grande demanda. Foram 11.500 mensagens somente no primeiro ano de funcionamento do serviço, entre agosto de 2018 e agosto de 2019, o que resultou na identificação de 104 *fake news* distintas, ou seja, sem considerar a repetição de temas.

Além disso, houve a publicação de 106 textos jornalísticos com esclarecimentos a partir de publicações recebidas no portal “Saúde sem *fake news*” e nas redes sociais oficiais do Ministério da Saúde. O material é composto pela imagem recebida, identificada com selo de “esta notícia é verdadeira” ou “isto é *fake news*”, após análise de especialistas.

Os dados citados acima nos levam a conclusão de que o canal “Saúde sem *fake news*”, do Ministério da Saúde, tem servido como uma plataforma de checagem de fatos, semelhante ao que acontece no processo jornalístico. Com uma clara diferença a favor da iniciativa do Governo Federal: enquanto as demandas chegam espontaneamente ao Ministério, as agências fazem a triagem e filtragem das informações que serão alvo de investigação.

Com base na análise feita, podemos afirmar que a iniciativa do Ministério da Saúde vem desempenhando um serviço educativo, à medida que esclarece os fatos e adverte os usuários do *Whatsapp* sobre os riscos do compartilhamento de mensagens falsas, em especial na área da saúde. Este processo se utiliza de um viés jornalístico.

Concluimos, portanto, que o *Whatsapp* pode funcionar como uma importante ferramenta de conscientização, enfrentando de forma eficaz a proliferação das *fake news*. Porém, ressaltamos a necessidade de que a estratégia tenha continuidade e pontuamos a importância da análise dos dados relativos a um espaço de tempo maior para precisar sua



## Redes Educativas e os desafios atuais da Cibercultura

21 a 22 de novembro de 2019 - Aracaju - SE

efetiva aplicabilidade. Reconhecemos, portanto, que o tema desta pesquisa não se esgota neste texto e que pode desencadear novos estudos sobre o assunto.

Por fim, destacamos que a iniciativa pode ter um alcance ainda maior do que o que foi apresentado nesta pesquisa, visto que as informações devidamente apuradas e reenviadas para os solicitantes podem ter sido replicadas, criando uma rede de disseminadores de notícias verdadeiras e rompendo com os mecanismos de compartilhamento de *fake news*.

### Referências

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news***. 1ª edição. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DINIZ, Amanda Tavares de Melo. Fact-Checking no ecossistema jornalístico digital: práticas, possibilidades e legitimação. **Impactum**: Coimbra University Press, Coimbra, 2016. DOI [https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_2](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_2). Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/43199>. Acesso em: 15 ago. 2019.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Educ, 2018.

FRIAS FILHO, O. O que é falso sobre *fake news*. **Revista USP** 116, pp. 39-44, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde sem *fake news***. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/fakenews>. Acesso em: 14 set. 2019.

\_\_\_\_\_. 12 mil dúvidas em um ano de combate às *Fake News*. Agência Saúde, [S. l.], p. -, 27 ago. 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45719-12-mil-duvidas-em-um-ano-de-combate-as-fake-news>. Acesso em: 14 set. 2019.

PRADO, J. G. R.; MORAIS, O. J. **A checagem de fatos (fact-checking) como nova prática jornalística: história, crescimento e profissionalização**. 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0323-1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SOUZA, Rogério M. de. **Investigando as *fake news*: análise das as agências fiscalizadoras de notícias falsas no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0343-1.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.